Artigo de Revisão

EDUCAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E PROJETO DE SOCIEDADE NO BRASIL: O IDEÁRIO DA ESCOLA NOVA E O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1920–1932)

EDUCATION, MODERNIZATION, AND THE PROJECT OF SOCIETY IN BRAZIL: THE IDEALS OF THE NEW SCHOOL AND THE MANIFESTO OF THE PIONEERS OF NEW EDUCATION (1920–1932)

MACHADO, José Ronaldo de Freitas [1]

RESUMO

A pesquisa intitulada Educação, Modernização e Projeto de Sociedade no Brasil: O ideário da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1920–1932) analisa a influência do pensamento escolanovista no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930. O estudo contextualiza os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais do período, evidenciando a contribuição do ideário da Escola Nova para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, considerado marco histórico da educação nacional e expressão da insatisfação com o ensino tradicional. A investigação fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e análise documental, contemplando textos legislativo-educacionais e escritos de época produzidos entre meados do século XIX e o início da década de 1930. O trabalho destaca a influência dos pressupostos de John Dewey (1859–1952), que defendia uma educação ativa e progressiva, centrada na participação do estudante no processo contínuo de reconstrução das experiências. Os resultados apontam que o escolanovismo contribuiu para a consolidação de uma proposta educacional democrática e transformadora, cujos efeitos permanecem perceptíveis na educação contemporânea.

Palavras-chave: Educação Nova. John Dewey. Manifesto dos Pioneiros de 1932. Educação Brasileira. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The research entitled Education, Modernization, and the Project for Society in Brazil: The Ideals of the New School and the Manifesto of the Pioneers of New Education (1920–1932) analyzes the influence of New School thinking in Brazil between the 1920s and 1930s. The study contextualizes the political, economic, social, and educational aspects of the period, highlighting the contribution of the New School ideology to the drafting of the Manifesto of the Pioneers of New Education in 1932, considered a historic milestone in national education and an expression of dissatisfaction with traditional teaching. The investigation is based on bibliographic research and documentary analysis, covering legislative-educational texts and writings from the period between the mid-19th century and the early 1930s. The work highlights the influence

[1] Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) e Mestre Internacional em Teologia pela Universidad Martin Lutero (UML). Graduado em Teologia, História, Filosofia, Letras/Inglês e Geografia, com especializações nas áreas de Educação, Ciências Humanas e Teologia.

of the assumptions of John Dewey (1859–1952), who advocated active and progressive education, centered on student participation in the continuous process of reconstructing experiences. The results indicate that the New School contributed to the consolidation of a democratic and transformative educational proposal, whose effects remain noticeable in contemporary education.

Keywords: New Education. John Dewey. 1932 Pioneers Manifesto. Brazilian Education. Educational Policies.

INTRODUÇÃO

A pesquisa Educação, Modernização e Projeto de Sociedade no Brasil: O ideário da Escola Nova e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1920–1932) apresenta as contextualizações relevantes sobre a história, a sociedade e a educação no Brasil até a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, assinado por 26[1] intelectuais — em sua maioria educadores — que almejavam a renovação do sistema educacional do país.

O objetivo geral deste estudo é analisar a trajetória das ideias escolanovistas no período de 1920 a 1932, culminando na divulgação do referido Manifesto. Nesse intervalo, ocorreram reformas educacionais em 12 estados brasileiros, orientadas legislativamente pelo ideário da Escola Nova.

A problemática que norteia esta investigação consiste em esclarecer as bases da escola tradicional, considerada obsoleta, e compreender a busca por uma Escola Nova: sua origem, construção e argumentos, à luz de novas concepções de escolarização.

A justificativa da pesquisa está em descrever a história da educação no Brasil, especialmente a tradicional, que desde o período colonial (1500–1822) se caracterizava pelo acúmulo de conhecimentos teóricos, repetitivos e de memorização, herança do período medieval (séculos V a XV), marcada por uma concepção estática de ensino. Mesmo diante de algumas evoluções, essa herança permaneceu perceptível na educação brasileira.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de retomar a discussão sobre as possibilidades e metodologias de uma educação ativa e progressiva no contexto da formação básica, conforme os princípios da Escola Nova. Nesse sentido, torna-se essencial explicitar a contextualização do pensamento escolanovista e sua abordagem renovadora no Brasil entre 1920 e 1932, em perspectiva genealógica, especialmente em diálogo com o século XIX.

O trabalho estrutura-se como uma pesquisa bibliográfica, presente em todo o desenvolvimento da investigação, complementada pela análise de documentos legislativo-educacionais. Além disso, recorre a textos de época, desde meados do século XIX até 1932, ano da promulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que contribuiu para uma nova caracterização da educação brasileira.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES PONDERAÇÕES (SÉC. XVI AO XIX)

A educação sempre foi concebida como elemento prioritário para o desenvolvimento de uma nação, ainda que, em determinados contextos históricos, a sociedade relutasse em reconhecê-la ou aceitá-la plenamente. Tal resistência se relacionava à lógica de governabilidade e manutenção de regimes que se beneficiavam da limitação do acesso ao conhecimento.

Desde os primeiros documentos legislativo-educacionais, a relevância da educação foi discutida, até que, em 15 de outubro de 1827, no Brasil independente, D. Pedro I sancionou a chamada Lei Geral, considerada a primeira lei educacional do país. Essa legislação estabelecia distinções entre a educação destinada a meninos e meninas e priorizava regiões com maior densidade populacional, configurando, assim, um modelo excludente (Ensinar História, 2021).

Conforme Fausto (2006), desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses, difundiu-se rapidamente a visão europeia sobre política, economia, religiosidade, cultura e educação. A preocupação central dos colonizadores, entretanto, não era a formação educacional, mas a expansão marítima e o comércio internacional, com vistas à conquista de novos territórios e à afirmação de sua hegemonia (Machado, 2021). Nesse contexto, ainda que tenham introduzido práticas educativas no Novo Mundo, estas não possuíam características próprias, pois estavam fundamentadas na metodologia jesuítica, marcada por um caráter moralista e tradicional.

[1] Lista dos signatários que assinaram o Manifesto de 1932: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes (Miguel; Vidal; Araújo, 2011, p. 494).

De acordo com Fausto (2006), desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses difundiu-se rapidamente em nosso território a visão europeia sobre política, economia, religiosidade, cultura e educação. Nesse sentido, a principal preocupação dos colonizadores lusitanos não se voltava para a formação educacional, mas para a expansão marítima e o comércio com outros povos, com o objetivo de conquistar novos territórios e afirmar sua hegemonia mundial (Machado, 2021).

Ainda que tenham introduzido práticas educativas no Novo Mundo, estas não possuíam características próprias, pois estavam alicerçadas na metodologia jesuítica, marcada por um caráter moralista e tradicional. Tal modelo, centrado na disciplina e na catequese, refletia mais os interesses da Igreja e da Coroa portuguesa do que uma preocupação efetiva com a democratização do ensino. Nesse contexto, torna-se relevante destacar que a educação colonial brasileira nasceu vinculada a um projeto de dominação cultural, e não a um projeto emancipador.

> [...] o processo de colonização moldou o perfil de nossa sociedade. Se considerarmos, por exemplo, a opressão sofrida por indígenas e africanos, assim como as trocas culturais entre diversos grupos — ou o catolicismo como religião hegemônica e, ao mesmo tempo, a sobrevivência de diversas outras religiões de matriz africana —, teremos clareza da importância do período colonial para a construção do Brasil moderno (Zamariam; Leocádio; Pereira, 2018, p. 9).

Portanto, torna-se necessário contextualizar os fatos desencadeados após a chegada de Portugal às terras brasileiras. A investigação não se propôs a retomar todo o arcabouço histórico da colonização, mas buscou analisar aspectos relacionados à história da educação e à sociedade da época, com o intuito de problematizar a pedagogia tradicional vigente entre os séculos XVI e início do XX, período em que se difundiram as ideias escolanovistas. Nesse cenário, a prática política e a estruturação do poder no Brasil estavam fortemente vinculadas ao coronelismo, cuja supremacia se manteve incontestada durante toda a Primeira República (Nagle, 1976).

Ainda que não haja a pretensão de aprofundar as questões do colonialismo, alguns apontamentos se mostram relevantes. Nesse contexto, predominava uma educação marcada por nuances filosófico-religiosas, conduzida pelos jesuítas — conhecidos como "soldados de Cristo" — que se dedicavam à formação de valores educacionais fundamentados na memorização e na repetição dos conteúdos, sem progressividade.

A Companhia de Jesus, amparada pela Igreja e pelo regime lusitano, estruturou sua prática pedagógica a partir do Ratio Studiorum, ou Plano de Estudos da ordem (Franca, 1952). Conforme apontam Veiga (2007), Romanelli (2014) e Saviani (2021), foi nesse período que se consolidou uma educação formal no Brasil, orientada por um ideário pedagógico que, embora limitado, estabeleceu as bases para posteriores debates e reformas educacionais.

Além da educação de caráter tradicional, persistia no Brasil colonial a herança do período medieval, consolidada pelo clero romano e reafirmada em sua liderança durante a Contrarreforma, especialmente por meio do Concílio de Trento (1545–1648). Esse concílio instituiu uma nova filosofia e religiosidade, orientadas pela premissa de conter e neutralizar o avanço da Reforma protestante[1], iniciada na Alemanha do século XVI pelo monge agostiniano Martinho Lutero[2] e posteriormente difundida gradualmente para outros países e continentes (Cotrim; Parisi, 1982).

A partir dos pressupostos da Contrarreforma[3], os povos indígenas e os africanos escravizados pas-

---

[1] A Reforma Protestante constitui um marco histórico comparável ao Iluminismo, na medida em que desencadeou transformações estruturais no Ocidente, abrangendo os âmbitos econômico, social, religioso e educacional. Conforme observa George (1993, p. 16), "a Reforma foi apenas a primeira fase do Iluminismo; Lutero e Calvino, os precursores de Rousseau e Voltaire". Tal processo representou uma ruptura paradigmática nos alicerces da cristandade ocidental, instaurando uma divisão permanente no interior da Igreja. Como leitura complementar: GEORGE, Timothy. Teologia dos reformadores; tradução Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1993.

[2] No parecer de Cairns (1995), Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483, na cidade de Eisleben, e recebeu sua formação inicial na escola dos Irmãos da Vida Comum, em Magdeburgo, prosseguindo seus estudos em Eisenach entre 1498 e 1501. Em 1501 ingressou na Universidade de Erfurt, onde foi influenciado pela tradição filosófica de Guilherme de Occam, que atribuía à revelação o papel de guia da fé, enquanto a razão se constituía como instrumento da filosofia, em continuidade à matriz aristotélica. A partir dessa base teórica, Lutero desenvolveu a convicção de que a ação divina era condição indispensável para que o ser humano alcançasse a verdade espiritual e, consequentemente, a salvação. Para mais informações: CAIRNS, Earle. O Cristianismo Através dos Séculos. São Paulo. Edições Vida Nova, 1995.

[3] O movimento denominado tradicionalmente "Contrarreforma" corresponde ao processo de revitalização católica iniciado com o Concílio de Trento (1545). Mais do que simples reação à Reforma protestante, tratou-se de uma reforma interna que visava corrigir práticas e redefinir posturas institucionais. O Concílio desempenhou papel central ao sistematizar doutrinas, disciplinar o clero e fortalecer a educação religiosa e missionária. A renovação foi impulsionada pela reforma de ordens tradicionais e pela criação de novas congregações, como a Companhia de Jesus. Para mais informações: MACCGRATH, Alister E. Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica: uma introdução à teologia cristã. 3ª reimpressão. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.

saram a receber o ensino catequético, vinculado à expansão portuguesa e à colonização das terras brasileiras. Nesse contexto histórico e educacional, emergem também questões relacionadas à escravidão, à opressão e aos abusos sofridos por mulheres indígenas e negras, bem como por crianças. As chacinas e violências sistemáticas contra indígenas e escravizados marcaram profundamente esse período, levando historiadores a denunciar e explicitar as barbáries impostas aos nativos e aos africanos trazidos forçadamente para o Brasil (Pacheco Neto, 2015; Fausto, 2006).

Nessa tessitura, as capitanias hereditárias, juntamente com os engenhos de açúcar, se tornariam uma das maiores rendas do país colonizado, bem como a grande extração do pau-brasil, madeira ótima para mobílias. Ainda merece nota o grande comércio dos indígenas, como se fossem moedas de troca. De igual maneira, ocorria com os negros em São Paulo, Rio de Janeiro e nas demais regiões da América Portuguesa (Zamariam; Leocádio; Pereira, 2018).

Dessa forma, o Brasil foi construído até alcançar sua independência em 1822. A trajetória histórica nacional passa pelo colonialismo, pelo domínio da monarquia portuguesa no século XIX e, posteriormente, pela República. Desde a primeira lei educacional, sancionada por D. Pedro I em 1827, o ensino não contemplava todas as camadas sociais, permanecendo restrito e estruturado de forma tradicional, sob forte influência da hegemonia católica. Todavia, conforme Miguel, Vidal e Araújo (2011), algumas reformas educacionais tornaram-se necessárias entre as décadas de 1920 e 1946, período marcado por debates e transformações significativas.

Desde sua origem, este relatório descreve objetivos gerais e específicos que culminaram na eclosão do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Entretanto, é importante destacar que tais mudanças não ocorreram de forma imediata, mas resultaram de um processo histórico permeado por heranças coloniais e pela persistência de uma ideologia colonialista, entendida como práticas e discursos voltados à manutenção de estruturas de dominação, em oposição à construção de uma educação democrática e inclusiva.

Nesse contexto, o próximo tópico aborda os acontecimentos da sociedade brasileira durante a Primeira República (1889–1930), período em que se consolidou, por mais de uma década, o ideário da Escola Nova, já defendido na Europa e nos Estados Unidos (Lourenço Filho, 1963).

Entre seus principais representantes, destaca-se John Dewey, cuja obra exerceu profunda influência sobre Anísio Teixeira (1900–1971). Este, ao publicar Vida e Educação (1978), apresentou uma síntese da pedagogia de Dewey, concebendo a educação como processo de reconstrução da experiência humana em diálogo com a natureza e com os anseios universais de cada indivíduo, independentemente da classe social (Dewey, 1979).

Conforme Dewey (1978), vida, experiência e aprendizagem são dimensões indissociáveis, uma vez que dependem umas das outras na construção educacional do ser humano. Nesse sentido, o filósofo-pedagogo defendia que a educação deveria ser progressiva e ativa, orientada pela participação efetiva do estudante no processo de reconstrução das experiências.

Os adjetivos atribuídos à escola e à pedagogia revelam uma necessidade de renovação, um anseio por algo novo, visto que a crítica incidia sobre a estrutura, a condução e a metodologia do ensino tradicional. Nesse horizonte, Spencer (1888) afirmava que a educação constituía "a questão das questões", devendo ser pensada como método. Para ele, tratava-se de um problema primário, mas paradoxalmente estudado em último lugar, o que acarretava maiores dificuldades em sua efetiva implementação.

Diante dessas observações, o próximo passo consiste em explicitar as características da sociedade brasileira entre 1920 e 1932, considerando seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Ressalta-se que não se pretende aprofundar todas as questões mencionadas, mas oferecer uma contextualização panorâmica dos acontecimentos que culminaram no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, marco histórico da educação nacional.

A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM PANORAMA DE 1920 A 1930

Entre 1920 e 1930, a sociedade e a educação brasileiras estavam fortemente marcadas pelo poder do coronelismo[1] e pela influência dos grupos

[1] O coronelismo constituiu o alicerce da estrutura de poder no Brasil, mantendo sua supremacia durante a Primeira República. Originado da concessão de títulos honoríficos vinculados à Guarda Nacional, esse sistema não se extinguiu com a instauração do regime republicano; ao contrário, foi continuamente reforçado pelo fortalecimento das oligarquias regionais, alcançando sua máxima expressão na denominada 'política dos Governadores (Nagle, 1976).

pertencentes à classe dominante[1] de sua época, notadamente a burguesia industrial. Nesse período, a educação destacava-se pela predominância da pedagogia tradicional, que reforçava práticas excludentes e mantinha privilégios restritos às elites.

Gradualmente, essa visão foi perdendo primazia, e os jesuítas passaram a direcionar o ensino à classe dominante e a seus filhos. Como afirmam Cotrim e Parisi (1982, p. 261), "ministravam uma educação de caráter elementar para os filhos de alguns colonos brancos, ensinando-os a ler, escrever e contar". Nesse contexto, os integrantes da classe dominante tinham acesso a uma formação de nível médio, enquanto para os demais grupos sociais permanecia apenas a educação básica, limitada e excludente, perpetuando desigualdades estruturais no acesso ao conhecimento.

Os interesses primários foram se transformando ao longo do tempo, até que se instaurou a Reforma Pombalina[2], em 1759, a qual determinou a expulsão definitiva dos jesuítas de todos os domínios da Coroa portuguesa. O objetivo central do Marquês de Pombal era ampliar o controle estatal sobre a educação, sistematizando-a em favor dos interesses políticos e econômicos de Portugal, e não apenas da vertente religiosa. Nesse sentido, buscava modernizar o sistema educacional, conferindo maior ênfase às ciências experimentais, com finalidade utilitária (Cotrim; Parisi, 1982).

Os aspectos políticos e econômicos do período, considerados em seu contexto, conduziram à necessidade de reformas educacionais, cujo ápice se materializou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). A temática da sociedade política, na primeira década do Estado brasileiro, manteve-se vinculada às qualificações tradicionais, de modo que as regulamentações centrais de seu sistema permaneceram praticamente inalteradas até o final da segunda década da Primeira República (Nagle, 1976). Além disso, observa-se que tais permanências revelam a tensão entre tradição e inovação, característica marcante da trajetória educacional brasileira.

Os aspectos políticos e econômicos do período, considerados em seu contexto, conduziram à necessidade de reformas educacionais, cujo ápice se materializou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). A sociedade política, na primeira década do Estado brasileiro, manteve-se vinculada às qualificações tradicionais, de modo que as regulamentações centrais do sistema educacional permaneceram praticamente inalteradas até o final da segunda década da Primeira República (Nagle, 1976).

Essas permanências revelam a tensão constante entre tradição e inovação, característica marcante da trajetória educacional brasileira. O Manifesto de 1932, nesse sentido, representou não apenas uma ruptura com o ensino tradicional, mas também um esforço de reorganização estrutural da educação nacional, buscando superar as heranças coloniais e propor uma escola voltada para a democratização e modernização do ensino.

> (...) entre 1920 e 1929, o envolvimento do País em um clima de efervescência ideológica e de inquietação social; o maior grau de perturbação provocado pelas campanhas presidenciais; as pressões da burguesia industrial; as medidas de restrição adotadas na Revisão Constitucional de 1926; o desencadeamento do movimento revolucionário vitorioso de outubro de 1930. (Nagle, 1976, p. 3)

Os fatos supracitados indicam um desencadeamento de acontecimentos relativamente promissor, embora com efeitos limitados no campo educacional, uma vez que o tema não foi devidamente tratado pelo escritor. Ainda assim, as decisões subsequentes abriram caminho para que medidas fossem adotadas pelos idealizadores da educação, em busca de uma renovação necessária.

Essas questões tiveram origem nas indagações e problematizações acerca da pedagogia tradicional e na percepção da necessidade de uma nova forma de ensinar: uma pedagogia ativa e progressiva, centrada no discente e não apenas no docente. Contudo, é importante destacar que tais reflexões já vinham sendo elaboradas desde o final do século XIX na Europa, difundindo-se posterior-

[1] Durante a Primeira República (1889–1930), a estrutura de poder no Brasil esteve sob a hegemonia das elites agrárias regionais, notadamente os grandes proprietários de terras e os cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais. Essas oligarquias consolidaram sua dominação política por meio de práticas como o coronelismo, o clientelismo e a denominada 'política do café com leite', mecanismos que asseguraram a exclusão da maioria da população do processo político e a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas (Nagle, 1976; Veiga, 2007; Saviani, 2021).

[2] A Reforma Pombalina, conduzida no século XVIII pelo Marquês de Pombal, consistiu em medidas de centralização administrativa e reorganização educacional, destacando-se a substituição da influência jesuítica por aulas régias e o fortalecimento do poder régio (Saviani, 2021).

mente nos Estados Unidos e, por fim, eclodindo no Brasil em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Outros aspectos relevantes da sociedade brasileira da primeira década do século XX também merecem atenção, pois contribuíram para a consolidação desse movimento educacional.

Antes que se esqueça, é importante destacar que as inquietações no Brasil, entre o século XVIII e 1930, foram fortemente influenciadas pelo movimento iluminista[1]. Esse movimento, que inflamou a Europa, contrapôs-se ao absolutismo imperial[2] e o clero, defendendo o conhecimento racional e se contrapondo ao religioso.

Além disso, questionou as determinações mercantilistas[3] e conferiu centralidade à educação, culminando na elaboração da Enciclopédia (1751–1780), composta por 35 volumes e organizada pelos filósofos Denis Diderot (1713–1784) e Jean D'Alembert (1717–1783).

No que se refere a Jean-Jacques Rousseau, observa-se sua influência revolucionária, amplamente reconhecida pela historiografia. Rousseau defendia uma educação voltada para a formação integral do indivíduo, em consonância com os princípios de liberdade e igualdade, valores que inspiraram tanto os ideais iluministas quanto os movimentos educacionais posteriores.

Sua concepção de que a educação deveria acompanhar o desenvolvimento natural da criança tornou-se referência fundamental para a crítica ao ensino tradicional e para a formulação de propostas pedagógicas inovadoras, que ecoariam no Brasil até a eclosão do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

Acerca de Jean-Jacques Rousseau, observa-se sua influência revolucionária, especialmente a partir da obra Émile, ou Da Educação (1762), na qual defendeu que a formação do indivíduo deveria respeitar as etapas de seu desenvolvimento natural, em oposição ao ensino rígido e dogmático da tradição escolástica.

Rousseau concebia a criança como sujeito ativo do processo educativo, capaz de aprender por meio da experiência e da interação com o meio, e não apenas pela transmissão mecânica de conteúdos. Essa perspectiva rompeu com a visão de educação como mera instrução e inaugurou um paradigma que valorizava a autonomia, a liberdade e a construção crítica do saber.

> Suas doutrinas revolucionaram pontos de vista sobre o governo, religião e vida social; mudaram radicalmente as ideias dominantes sobre o matrimônio; obrigaram a reconstrução da Filosofia; inspiraram um novo movimento literário; e colocaram a educação em um novo rumo. (Eby, 1976, p. 277)

Esse homem, determinado a influenciar gerações, deixou um legado histórico em diversos temas que ainda hoje são debatidos. A exposição supracitada de Eby (1976), ao tratar da revolução de suas doutrinas, busca lançar luz sobre os efeitos de se manter foco nos ideais e lutar por mudanças no contexto social, seja local, regional ou nacional. Foi o que ocorreu com Rousseau, cuja obra Emílio, ou Da Educação (1762) representou uma ruptura significativa ao propor uma educação voltada para o desenvolvimento natural da criança e para a formação integral do indivíduo.

Além disso, seria impróprio dissociar as dimensões política, econômica, social e educacional, uma vez que todas se entrelaçam na formação de uma nação. No caso do Brasil, durante a Primeira República, o cenário político foi marcado pelo coronelismo e pela chamada "política dos governadores", posteriormente consolidada na "política do café-com-leite" (Nagle, 1976).

Essa dinâmica refletia as condições estruturais da economia agrária dominante, sustentada pela oligarquia, em que o poder permanecia concentrado nas mãos de poucos (Nagle, 1976; Cotrim; Parisi, 1982). Ademais, prevalecia uma imobilização política, reforçada pela política dos estados, inicialmente denominada "política dos

---

[1] O lluminismo foi um movimento do século dezoito cujo início é marcado pela publicação da obra Principia,de Isaac Newton (1687) e alcança a Revolução Francesa, ainda que sua linhagem preceda a Newton e sua influência seja sentida muito tempo depois de 1800. Enfatizava principalmente a capacidade do homem de, pela razão, descobrir a verdade embutida, por um arquiteto divino, na natureza e na consciência do homem (Henry, 2007, p. 346).

[2] O absolutismo imperial, marcado pela concentração do poder nas mãos do monarca, foi contestado pelo Iluminismo, que, ao valorizar razão e direitos individuais, propôs a limitação da autoridade régia e a crítica às práticas arbitrárias do poder. Em síntese: todo absolutismo imperial é uma modalidade de absolutismo monárquico, mas nem todo absolutismo monárquico é imperial. O primeiro enfatiza a dimensão de domínio sobre um império, enquanto o segundo se refere ao poder absoluto do monarca em qualquer reino ou Estado (Cotrim; Parisi, 1982; Aranha, 2006).

[3] Esse sistema defendia que a riqueza de uma nação estava ligada ao acúmulo de metais preciosos (ouro e prata) e ao fortalecimento do comércio externo. Para mais informações: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

governadores", instituída pelo presidente Campos Sales, que "[...] firmou o princípio segundo o qual 'o que pensam os Estados, pensa a União'" (Nagle, 1976, p. 4).

A partir da política dos estados, inaugurou-se a chamada política do café-com-leite, caracterizada pela alternância do poder presidencial entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais durante a Primeira República. Esse arranjo institucional assegurava a prevalência dos interesses das elites agrárias, sobretudo vinculadas à produção cafeeira e leiteira.

Como consequência, verificou-se a concentração do poder político em grupos restritos, o que limitava significativamente a ampliação da participação democrática no país. Tal dinâmica se consolidava por meio das práticas oligárquicas do coronelismo, que permeava toda a Primeira República e mantinha o poder circunscrito a um sistema de representações voltado aos interesses das elites (Nagle, 1976; Cotrim; Parisi, 1982; Romanelli, 2014).

Diante desse contexto histórico, emergiram reações que buscavam romper com essa estrutura política, tornando os acontecimentos do final da Primeira República especialmente relevantes para compreender as transformações que se seguiram.

> Sem dúvida, houve reações a essa política, especialmente na década final da Primeira República, com o objetivo de quebrar a forma de composição do poder. Se, de um lado, nessa década, a primeira eleição presidencial deu a vitória ao mineiro Artur Bernardes, a segunda, ao paulista Washington Luís, na terceira, quando se tentou reforçar a "dose do café" com a apresentação de nova candidatura paulista, a de Júlio Prestes, quebram-se os compromissos assumidos, motivo pelo qual — entre outros — se forma a Aliança Liberal (Nagle, 1976, p. 5).

À medida que a Aliança Liberal (1929–1930), formada pela coalizão entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, se consolidava, articulava-se a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em oposição ao pacto político conhecido como café-com-leite. Nesse contexto, emergiu uma nova vertente político-econômica no Brasil, cujo propósito era romper com a hegemonia paulista e promover reformas sociais e institucionais, visando pôr fim à alternância de poder entre São Paulo e Minas Gerais. Embora derrotada nas urnas, a Aliança Liberal triunfou pela força, desencadeando a Revolução de 1930 (Nagle, 1976).

As alianças políticas articuladas no final da Primeira República tinham como premissa a contestação do sistema representativo vigente, o que provocava reações oposicionistas e levava o Estado liberal a assumir feições repressivas diante das investidas partidárias. Tais movimentos ora se apresentavam como liberais, em defesa da ampliação da democracia política, ora revelavam traços de anarquismo, sendo interpretados como tentativas de subverter a estrutura coronelista dominante. Esse cenário foi agravado pelas crises agrárias e pela depressão econômica de 1929, que intensificaram os conflitos e fragilizaram ainda mais o modelo político vigente (Nagle, 1976; Veiga, 2007; Romanelli, 2014).

Diversos outros aspectos poderiam ser explorados no contexto político e social das décadas de 1920 e 1930; entretanto, este estudo tem como propósito central realizar contextualizações histórico-educacionais que conduzam ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), considerado um marco decisivo para o avanço do escolanovismo na educação brasileira (Azevedo et al., 2010).

A partir desse movimento, desencadearam-se reformas educacionais que se prolongaram até 1946, com o objetivo de reestruturar as condições de ensino em diversos estados brasileiros, sob forte influência do escolanovismo. Esse processo contou com a liderança de destacados educadores, entre os quais Anísio Teixeira, responsável pela reforma na Bahia em 1925; Fernando de Azevedo e Carneiro Leão, que conduziram a reforma no Distrito Federal em 1927; e Lourenço Filho, que promoveu mudanças significativas no Ceará em 1923 (Nagle, 1976; Cotrim; Parisi, 1982; Miguel; Vidal; Araújo, 2011).

Mediante a exposição anterior, o diálogo historiográfico da educação brasileira permite tensionar a leitura do escolanovismo, não apenas como narrativa linear de progresso, mas como compreensão crítica de suas contradições. Saviani (2021) ressalta que, embora a Escola Nova tenha representado um avanço em relação ao ensino tradicional, sua proposta não conseguiu romper com as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Nesse viés, Carvalho (1998) acrescenta que o escolanovismo deve ser entendido como parte de um campo de disputas de projetos de sociedade, revelando tanto suas potencialidades quanto suas ambiguidades.

Posteriormente, intensificaram-se as discussões em torno da formulação de diretrizes nacionais para a educação, processo que somente se concretizou em 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Essa legislação, publicada após treze anos de tramitação, durante o governo de João Goulart, passou a definir e regularizar o sistema educacional brasileiro a partir da Constituição (Chaves, 2021).

Antes de se abordar os apontamentos legislativos que regulamentaram a educação, torna-se necessário apresentar o contexto social, cultural, religioso e econômico que sustentou a efervescência ideológica em favor de uma educação renovada. Esse cenário é descrito pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que explicita as razões de sua elaboração e a necessidade de transformação educacional.

Ademais, sobre o Manifesto de 1932, Saviani (2008) afirma que, como texto de diretrizes educacionais, revela a visão de um grupo de educadores que buscava consolidar-se por meio da unidade interna e alcançar a supremacia educacional em relação à sociedade como um todo, preparando-se, assim, para assumir posições de liderança na educação pública tanto no nível federal quanto nos estados. Nesse sentido, o próximo tópico a ser discutido refere-se ao contexto histórico que antecedeu o célebre Manifesto de 1932.

O MANIFESTO DE 1932: CONTEXTOS SOCIAIS PRECEDENTES

Os acontecimentos que precederam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) revelam tanto conquistas civilizatórias quanto a inquietação do espírito humano diante da sociedade da chamada República Velha. Nesse período, como assinala Azevedo et al. (2010, p. 12), "a máquina libertou o homem, tornando possível e efetiva a abolição do regime servil com a substituição da manufatura pela maquinofatura".

Consoante esses fatos, Azevedo (2010) destaca as inquietações do espírito humano e o desejo de transitar do campo místico para o positivo, em direção ao espírito científico. Nessa perspectiva, a filosofia deveria ser orientada pelos métodos científicos, como forma de sustentar a racionalidade emergente.

A reflexão proposta por Azevedo (2010, p. 13) é reveladora: "[...] com esse progresso mecânico e industrial que excedeu todas as fantasias poéticas e todas as previsões científicas, a sociedade passou a sofrer de um mal-estar singular e de uma inquietação dolorosa e angustiante". Esse mal-estar estava diretamente relacionado às carências culturais e educacionais do Brasil da época, sobretudo à ausência de uma cultura universitária consolidada e à falta de criticidade intelectual. Como observa o autor, "sem poder de sistematização, toda sua produção acusa, na sua falta de coerência e vigor, de largueza e profundidade, a ausência de contato com as fontes universitárias [...]" (Azevedo et al., 2010, p. 19).

Ao longo da análise, observa-se que a geração da Primeira República carregava consigo uma herança de valores tradicionais, mas aspirava à construção de um mundo renovado. Essa busca se refletia de modo especial no campo educacional, onde se almejava superar o modelo pedagógico arcaico, marcado pela memorização mecânica e pela reprodução acrítica da relação mestre-escola-aluno, prática que remontava ao período medieval.

Quanto mais se compreendia a realidade da educação brasileira, mais evidente se tornava a necessidade de uma renovação pedagógica. Como descrevem Azevedo et al. (2010), a construção de uma educação nova era imperativa, pois representava não apenas uma mudança metodológica, mas também uma transformação cultural e social, capaz de romper com os limites impostos pela tradição e abrir caminho para uma escola voltada à formação integral do indivíduo e à democratização do ensino.

> A nossa educação, estranha às realidades nacionais e tradicionalmente baseada no humanismo, correspondia à política educativa do Império, em que, emperrada na escola secundária, de tipo clássico, estritamente literário, o problema da educação nacional, nos seus dois aspectos fundamentais, das universidades e da educação popular, nunca se desprendeu de aspirações e fórmulas vagas. Os debates parlamentares e as lutas políticas que se travavam "em torno do poder" e raramente "em torno de problemas" podiam satisfazer esse pequeno público das classes médias, de formação acadêmica, cujos aplausos se reservavam aos homens que disputavam a primazia, na astúcia dos manejos políticos ou no brilho dos torneios oratórios... (Azevedo et al., 2010, p. 20).

Ainda que correspondesse ao Humanismo[1], a educação brasileira no período imperial (1822–

[1] O Humanismo, desenvolvido entre os séculos XV e XVI, constituiu um movimento de transição entre a Idade Média e o Renascimento, responsável por profundas transformações culturais e intelectuais no Ocidente. Caracterizou-se pela centralidade conferida ao ser humano nas reflexões filosóficas e literárias, ao mesmo tempo em que retomava a herança clássica greco-latina. Autores como Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Erasmo de Roterdã ilustram essa articulação entre antropocentrismo e erudição. Dessa forma, o Humanismo consolidou-se como um marco histórico decisivo para a configuração do pensamento moderno. Para mais detalhes, orienta-se a leitura: GONZALES, Justo. História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados; tradução Hans Udo Kuchs, Key Yuasa. 2. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2011.

1889) manteve-se marcada por facetas tradicionais, sem progressão significativa e sem atenção às questões psicopedagógicas no processo ensino-aprendizagem. Nesse cenário, as ideias de John Dewey ganharam notoriedade, ao afirmar que não seria possível construir uma educação nova fora da experiência e da democracia do ser humano.

A educação tradicional, segundo Dewey (2023, p. 11–22), caracterizava-se como um acúmulo de conhecimento transmitido de cima para baixo, de fora para dentro, sem considerar o que o aluno traz consigo de experiência social e emotiva. Em contraposição, a educação progressista deveria partir do interior do sujeito, valorizando sua vivência e promovendo uma aprendizagem ativa.

Após a contextualização dos pressupostos de Dewey, observa-se que estes se somaram ao movimento da Educação Nova, com a finalidade de superar o modelo tradicional e instaurar uma filosofia educacional escolanovista. Essa perspectiva defendia a liberdade de ensinar e aprender, concebendo a formação humana de modo integral, abrangendo não apenas os aspectos intelectual, moral e social, mas também as dimensões psicológicas, em consonância com uma visão democrática e emancipadora da educação (Dewey, 2023).

A educação não pode ser concebida como algo estático, mas como um processo dinâmico e revitalizador. Assim como cada época é marcada por uma filosofia de vida, a educação deve acompanhar essas transformações, configurando-se como uma política capaz de alcançar todos os indivíduos e oferecer condições para uma formação plena, tanto externa quanto interna.

Nesse movimento dialógico, delineou-se uma nova concepção educacional, caracterizada por um método renovado de ensinar e aprender, concebido como processo contínuo ao longo de toda a vida humana. Não se tratava de críticas infundadas à educação tradicional, mas de uma proposta fundamentada nas necessidades de atualização diante da obsolescência do modelo vigente (Dewey, 2023).

John Dewey, doutor e filósofo-pedagogo, exerceu influência significativa sobre nações, indivíduos e sistemas educacionais desde os primeiros anos de sua atuação. Sua notoriedade alcançou dimensões universais, dentro e fora de seu país de origem, fenômeno comparável apenas ao impacto de Johann Heinrich Pestalozzi (Eby, 1976).

Até aquele momento, inexistia uma política pública que contemplasse de forma abrangente a educação em todos os níveis. Apenas com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, iniciaram-se políticas estruturadas, culminando na elaboração de um documento de diretrizes educacionais e curriculares voltado para a consolidação de um sistema nacional de educação (Azevedo et al., 2010).

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA: UM NOVO TEMPO EM 1932

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) constitui-se como um documento histórico assinado por 26 educadores comprometidos com a construção de uma educação moderna, denominada "educação nova". A partir dele, o pensamento pedagógico brasileiro passou a adquirir maior autonomia, fundamentado na teorização da Escola Nova, em contraposição ao modelo religioso e escolástico[1] que predominava desde o período medieval (Gadotti, 2003).

A expressão Manifesto de 1932 foi mencionada em diversos momentos ao longo desta pesquisa; contudo, torna-se imprescindível descrevê-lo em sua essência, destacando sua relevância para a educação brasileira. Igualmente, é necessário identificar os signatários do documento, responsáveis por impulsionar medidas escolanovistas que passaram a ser reconhecidas e, em parte, aplicadas à formação do povo brasileiro, consolidando um marco decisivo na trajetória educacional do país.

Nesse sentido, emergem indagações fundamentais: por que surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova? Quais diretrizes efetivamente orientavam a educação brasileira naquele momento? O que se transformou com sua publicação, enquanto projeto político-educacional? Tais questões são centrais, uma vez que o ideário filosófico escolanovista é amplo e carregado de propostas de renovação educacional.

[1] A Escolástica foi uma corrente filosófica e teológica medieval que buscou conciliar fé e razão, estruturando o conhecimento por meio da lógica e da dialética, com forte influência aristotélica e cristã. Para uma pesquisa profunda, leia as obras: CAIRNS, Earle. O Cristianismo Através dos Séculos. São Paulo. Edições Vida Nova, 1995. GONZALES, Justo. História ilustrada do cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados; tradução Hans Udo Kuchs, Key Yuasa. 2. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2011.

O Manifesto, portanto, ultrapassa a simples oposição à educação tradicionalista. Ele se configura como um documento de caráter programático, que buscava redefinir os rumos da educação nacional, propondo a democratização do ensino, a valorização da escola pública, a formação integral do indivíduo e a vinculação da educação às necessidades sociais e culturais do país (Nagle, 1976; Cotrim; Parisi, 1982; Miguel; Vidal; Araújo, 2011). Ao mesmo tempo, evidencia as tensões entre tradição e inovação, revelando que a luta por uma educação moderna estava inserida em um campo de disputas políticas e ideológicas mais amplo.

Inicialmente, as ideias escolanovistas revelavam grande otimismo, sustentadas pela crença na possibilidade de reconstrução da sociedade por meio de uma educação transformadora. Essa perspectiva se contrapunha ao modelo jesuítico, que historicamente dividia a sociedade em dois grupos distintos — os analfabetos e os doutos — perpetuando uma educação discriminatória e restrita às elites dominantes. Conforme evidenciam Gadotti (2003) e Saviani (2021), tal paradigma deveria ser superado em favor de uma proposta renovadora, capaz de democratizar o acesso e promover uma formação integral.

Ainda que tardias, as contribuições do escolanovismo alinharam-se aos anseios expressos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento que exerceu profunda influência sobre a construção dos fundamentos da educação nacional. O Manifesto surgiu da insatisfação diante da política educacional excludente vigente na Primeira República, marcada pela ausência de características democráticas e públicas, incapaz de assegurar direitos a todos os segmentos da sociedade entre as décadas de 1920 e 1930.

A historiografia registra que o Manifesto de 1932 constituiu o primeiro grande resultado político e doutrinário de uma década de mobilização da Associação Brasileira de Educação (ABE) em defesa de um Plano Nacional de Educação (Gadotti, 2003, p. 232). Suas diretrizes, subscritas por 26 educadores, defendiam "[…] novos ideais de educação e lutavam contra o empirismo dominante, que priorizava a assimilação do conhecimento transferido, sem maior compreensão […]" (Castro; Luft; Weyh, 2019, p. 5).

A premissa central deveria estar alinhada à Educação Nova. Por isso, os pioneiros posicionaram-se "[...] favoráveis a uma educação pública, gratuita, obrigatória, laica e mista, favorecendo o direito de igualdade de uma educação de qualidade para todos, sem distinção" (Castro; Luft; Weyh, 2019, p. 5). Assim, o Manifesto consolidou-se como marco histórico e político, ao propor uma escola democrática e inclusiva, capaz de responder às demandas sociais de um país em processo de modernização.

Em termos panorâmicos, busca-se explicitar a espinha dorsal do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento alinhado aos ideais de uma educação livre, progressista, laica e democrática. Sua elaboração representou uma alternativa ao empirismo positivista herdado do período imperial, ainda presente na base educacional brasileira, e buscou instaurar uma nova filosofia pedagógica capaz de responder às demandas sociais de um país em processo de modernização.

Nesse sentido, torna-se pertinente evidenciar os princípios e diretrizes que fundamentaram tal proposta de renovação educacional. O Manifesto defendia a universalização da escola pública, gratuita e obrigatória, concebida como direito de todos e dever do Estado. Propunha, ainda, uma formação integral do indivíduo, abrangendo dimensões intelectuais, morais, sociais e psicológicas, em consonância com os ideais democráticos e científicos da época. Ao mesmo tempo, criticava a fragmentação e o caráter elitista da educação vigente, propondo uma escola única, articulada e nacional, que pudesse superar as desigualdades estruturais e promover a cidadania.

> A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo (Azevedo et al., 2010, p. 40).

As diretrizes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) apresentavam uma abrangência superior no campo educacional, orientadas para o crescimento integral do ser humano. Propunham uma solidez pedagógica voltada à construção do conhecimento não apenas científico, mas também psicológico, cultural, antropológico, emocional e espiritual. Nesse sentido, as máximas do Manifesto defendiam uma educação essencialmente pública, capaz de valorizar as individualidades sem desconsiderar as diversidades, reconhecendo

que cada pessoa é única e, portanto, merecedora de plena valorização.

Conforme Azevedo et al. (2010, p. 45), o documento sustentava que: "A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada". Tal afirmação reforça que a educação não deveria ser privilégio de alguns, mas direito de todos os membros da sociedade, independentemente de sua posição religiosa ou social, constituindo-se como política pública.

Por meio da educação, buscava-se a unificação em prol de uma sociedade mais justa, comunitária e autônoma, livre de disputas partidárias, ainda que sua formalização fosse complexa e exigisse luta constante. Nesse contexto, priorizava-se também a descentralização educacional, como forma de ampliar o alcance das reformas.

O pensamento da Educação Nova, descrito no Manifesto de 1932, fundamentava-se na reconstrução de um plano educacional abrangente, capaz de alcançar todas as instâncias da sociedade da época. Embora muitas outras observações pudessem ser feitas, esta pesquisa se encaminha para os apontamentos finais, reconhecendo a importância de sintetizar os principais elementos do documento.

Um novo olhar sobre a universidade também emergiu a partir do Manifesto. Inicialmente, a educação superior estava voltada quase exclusivamente para as profissões liberais; entretanto, o Manifesto introduziu uma perspectiva renovadora, voltada à reconstrução da formação docente e ao afastamento do elitismo. Sem prolongar a discussão, cabe destacar as conquistas advindas do Manifesto de 1932, como se observa a seguir.

> Do movimento resultaram conquistas históricas, tais como: o ensino laico, público e gratuito em todos os níveis, a responsabilidade do Estado e direito de todos os brasileiros; o fundo financeiro da educação; a estrutura escolar e o programa de ensino, de acordo com o desenvolvimento biopsicológico do indivíduo (pré-escolar, primeiro grau, segundo grau, e universidade); a diversificação do ensino no segundo grau entre humanas e profissional; o desenvolvimento da área de ciências exatas na universidade e a diversificação desta última em ensino e pesquisa (Bevilaqua, 2014, p. 5).

A conquista representada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) demarcou, de fato, um novo capítulo na história da educação brasileira, conforme destacado desde o início deste estudo. O propósito central deste trabalho é analisar, sob a ótica dos ideais escolanovistas, o surgimento de uma nova proposta educacional que emergiu da inquietação social presente na Primeira República, intensificada a partir do governo provisório de Getúlio Vargas, em 1930.

Dessa forma, para concluir a reflexão sobre a temática proposta, torna-se imprescindível apresentar as considerações finais que sintetizam os desdobramentos e impactos desse documento na construção de uma educação pública, democrática e transformadora.

> A corrente formada por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, entre o total de 25 signatários do documento, com a sua análise da sociedade e proposta de diretrizes à reconstrução educacional do Brasil, no contexto histórico da denominada Revolução de 1930, levantou questões que até os dias atuais parecem vivas, quando se vive e pensa o sistema educacional brasileiro (Bevilaqua, 2014, p. 5).

As contribuições de Azevedo et al. (2010) para a compreensão do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) são significativas, sobretudo ao evidenciar a influência da pedagogia progressiva e ativa, inspirada na postura do filósofo e pedagogo John Dewey (1978, 1979, 2023). Seus princípios foram incorporados e defendidos por Anísio Teixeira no contexto brasileiro, fortalecendo o movimento escolanovista.

Nesse sentido, merece ser explicitado que, segundo Eby (1976, p. 536), Dewey acreditava que a educação é "[...] o processo de reconstrução ou reconstituição da experiência, dando-lhe um valor mais socializado, por meio do aumento da eficiência individual". A partir desse pressuposto, Dewey deixou claro que a educação não é algo trivial, mas um processo social e democrático — é, em essência, a própria vida.

Igualmente relevante é o legado de Lourenço Filho, cuja obra Introdução ao Estudo da Escola Nova, publicada originalmente em 1929 e reeditada em sua oitava edição em 1963, sistematizou os fundamentos da Escola Nova e explicitou sua importância para a educação brasileira. Sua produção intelectual contribuiu para consolidar os princípios escolanovistas e para difundir uma visão renovadora da escola, alinhada às demandas sociais e culturais do país.

Quadro 1 - Exemplos de Políticas Educacionais Inspiradas

Pensador	Exemplos de Políticas/Projetos
John Dewey	As suas concepções não resultaram em políticas concretas no Brasil, mas tiveram um grande impacto no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Serviu de inspiração para a ideia de uma escola como um ambiente de democracia e cidadania, o que guiou as reformas educacionais no país (Azevedo et al., 2010).
Anísio Teixeira	Escolas-Parque e Escolas-Classe em Salvador e depois em Brasília: modelo de educação integral, com atividades culturais, artísticas e esportivas. Defesa da universidade pública autônoma, sendo um dos fundadores da Universidade de Brasília (UnB). Atuação no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), fortalecendo a pesquisa educacional (Souza, 2018).
Fernando de Azevedo	Reforma do ensino secundário em São Paulo (1927), introduzindo métodos ativos e currículo mais moderno. Participação decisiva na elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que se tornou referência na formação de professores e pesquisadores (Miguel; Vidal; Araújo, 2011).
Lourenço Filho	Reforma da instrução pública no Ceará (1922) e em São Paulo (1930), modernizando currículos e métodos. Introdução de testes psicológicos e pedagógicos para avaliar o desenvolvimento infantil. Direção do INEP, promovendo estudos sistemáticos sobre alfabetização e rendimento escolar. Contribuiu para a profissionalização da pedagogia e para a consolidação da escola primária moderna (Nagle, 1976; Miguel; Vidal; Araújo, 2011).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Nagle (1976), Azevedo et al. (2010), Miguel, Vidal e Araújo (2011) e Souza (2018).

As ideias escolanovistas exerceram profundo impacto sobre o sistema educacional brasileiro ao longo do século XX, inspirando a formulação de políticas públicas voltadas à renovação pedagógica, conforme evidenciado anteriormente. Em termos teóricos e práticos, sua influência permanece perceptível na educação contemporânea, reafirmando a relevância histórica desses pensadores na consolidação de uma proposta educacional democrática e transformadora.

Nesse mesmo horizonte, Faria Filho e Vidal (2003), bem como Vidal (2005), destacaram que a Escola Nova não pode ser analisada apenas como proposta pedagógica, mas sobretudo como prática social situada em contextos específicos, marcada por tensões entre modernização e permanência de estruturas tradicionais.

Para Vidal (2013), a Escola Ativa estava vinculada a um princípio pedagógico; entretanto, no Brasil, a Escola Nova assumiu um significado bastante distinto daquele observado em outros países. Mais do que uma proposta educacional, ela se consolidou como um projeto político voltado para a renovação do sistema público de ensino.

Clarice Nunes (1992), por sua vez, evidencia que, ao buscar democratizar o acesso à educação, o escolanovismo acabou por reproduzir desigualdades ao privilegiar determinados grupos sociais. Assim, a leitura crítica desses autores contribui para compreender o escolanovismo como movimento ambivalente, que ao mesmo tempo impulsionou a renovação pedagógica e manteve limites históricos em sua capacidade de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar a expressão considerações finais, pode-se inferir que não haveria mais elementos a acrescentar à pesquisa apresentada neste opúsculo. Todavia, trata-se de uma formalidade acadêmica, uma vez que o tema da Escola Nova, exposto no Manifesto dos Pioneiros, revelou-se de grande relevância para a construção ideológica da educação brasileira.

A proposta desenvolveu-se a partir das contextualizações históricas entre os séculos XVI e XIX, com o intuito de evidenciar as características da sociedade nas três fases do Brasil: o período colonial, a monarquia e a república. Nesse percurso, destacam-se teó-

ricos como Nagle (1976), cuja análise da sociedade política, econômica e social possibilitou compreender tanto as vivências quanto as concepções educacionais da época, bem como as iminentes transformações na Primeira República.

Ademais, a pesquisa buscou apresentar, de forma panorâmica, o pensamento escolanovista, que se contrapunha ao ensino tradicional herdado do período medieval. Esse modelo excludente beneficiava sobretudo a classe dominante — inicialmente composta pelos colonizadores portugueses e, posteriormente, pela burguesia nacional, sustentada pelo poder do coronelismo.

Em síntese, explicitou-se a ideologia da Escola Nova, consolidada pelo Manifesto dos Pioneiros e suas conquistas, que influenciaram de maneira decisiva a educação brasileira. Tal movimento contribuiu para a formulação de uma legislação de base voltada à estruturação do sistema educacional, iniciada com a LDB de 1961 e posteriormente reafirmada pela Constituição de 1988, culminando na promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996).

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

ASSINADA a Lei Geral, a primeira lei educacional do Brasil. **Ensinar História**, [*s. l.*, 2021]. Disponível em: https://l1nq.com/9xGmG. Acesso em: 20 ago. 2023.

AZEVEDO, Fernando de *et al*. **Manifesto dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

AZEVEDO, Fernando de *et al*. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

BEVILAQUA, Aluísio Pampolha. John Dewey e a Escola Nova no Brasil. **Ciência e Luta de Classes**, ano I, vol. 1, n, 1, 2014. Disponível em: https://sl1nk.com/BLzgj. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Brasília: Senado Federal, 1961. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília: Senado Federal, 1971. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 27 ago. 2023.

CAIRNS, Earle. **O Cristianismo Através dos Séculos**. São Paulo. Edições Vida Nova, 1995.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da escola primária republicana (1889-1930)**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

CASTRO, M. B. de; LUFT, H. M.; WEYH, C. B. O Movimento Escolanovista e as Contribuições dos Pioneiros da Educação. **Salão do Conhecimento**, *[S. l.]*, v. 5, n. 5, 2019. Disponível em: https://l1nq.com/WTIKw. Acesso em: 27 ago. 2023.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. Um breve comparativo entre as LDBs. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: https://l1nq.com/GHWiL. Acesso em: 26 ago. 2023.

COTRIM, Gilberto; PARISI, Márcio. **Fundamentos da Educação**: história e filosofia da educação. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

DEWEY, John. **Vida e educação**; tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos; [Rio de Janeiro]: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação; tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4º. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979

DEWEY, John. **Experiência e Educação**; tradução de Renata Gaspar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna**: teoria, organização e práticas educacionais; tradução de Maria Ângela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia, Malvina Cohen Zaide. 2ªed. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 37-70 – 2003. Disponível em: https://sl1nk.com/6HKPe. Acesso

em: 29 ago. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FRANCA S. J., Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**: o "Ratio Studiorum": Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores**; tradução Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1993.

HENRY, Carl E H (Org.). **Dicionário de ética crista**; tradução e atualização Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

GONZALES, Justo.**História ilustrada do cristianismo:** a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados; tradução Hans Udo Kuchs, Key Yuasa. 2. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2011.

LOURENÇO FILHO, M. B. Lourenço. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 8ª. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1963.

MACCGRATH, Alister E. **Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica:** uma introdução à teologia cristã. 3ª reimpressão. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.

MACHADO, José Ronaldo de Freitas. Reflexões históricas do período colonial e a cultura Africana no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 04, Vol. 03, pp. 184-207. Abril. ISSN: 2448-0959. Disponível em: https://sl1nk.com/Jy8e8. Acesso em: 29 ago. 2024.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). **Reformas Educacionais:** as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República no Brasil**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**. n.6, 1992. p.151-182. Disponível em: https://sl1nk.com/vRsqX. Acesso em: 20 jan.2026.

PACHECO NETO, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial**: conflitos, apresamentos e mitos. Dourados: ed. UFGD, 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação brasileira**. 40ª edição. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2021.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. **Anísio Teixeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924-64**. 2018. 597 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SPENCER, Herbert. **Educação Intellectual, Moral e Physica**. Tradução: Emygdio D'Oliveira. 2 ed. Porto: Casa Editora, 1888.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: https://l1nq.com/WnQtP. Acesso em: 27 ago.2024.

ZAMARIAM, Júlio; LEOCÁDIO, Leandro Cesar; PEREIRA, Danielle Manoel dos Santos. **História do Brasil colonial**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.